

**Discurso proferido na sessão de 17 de junho de 1980,
publicado no DCN de 18 de junho de 1980, página 1432.**

O SR. LUÍS CABRAL (Presidente da Guiné-Baissau) - Sr. Presidente do Senado Federal; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Ministros, Excelências, caros amigos.

Sinto-me particularmente honrado pelo convite que me foi dirigido para proferir uma alocução perante este Congresso. Para o Presidente do Conselho do Estado da Guiné-Bissau constitui um agradável dever saudar calorosamente os eleitos da vossa Nação, que neste Parlamento exercem democraticamente o seu mandato.

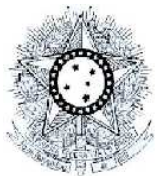
Desde a longínqua revolta dos escravos que implantaram o Quilombo dos Palmares, como ao longo dos combates da época colonial até as lutas da era moderna, sempre retivemos nas páginas da vossa história as lições de amor ardente pela liberdade que tem animado o povo da terra do Brasil. Aqui se confundiram virtudes complementares de civilizações diferentes que compõem a cultura brasileira.

Falei de amor pela liberdade. É esse sentimento universal que compartilhamos tão intimamente com o Brasil. No fervor da imaginação, muitos foram os poetas que, como Castro Alves, visionaram nos cantos, com admirável talento, um mundo de plena liberdade para todos os homens.

A praça, a praça é do povo!
Como céu é do condor!
É antro onde a liberdade
Cria a águia ao seu calor.

Poderia porventura solicitar atenção desta ilustre assembléia para algumas das questões mais candentes se colocam ao desenvolvimento do nosso continente - a África - e em particular ao nosso país. Não me parece, contudo, oportuno equacionar tal tema, porquanto estou plenamente convicto da vossa pertinente percepção da essência daquela problemática. Permite-me, talvez arbitrariamente, abordar diante de vós, ainda que a traços largos, alguns dos aspectos fundamentais que definem o Estado da Guiné-Bissau como uma democracia nacional revolucionária. Ao fazê-lo, guiou-me o objetivo de contribuir para uma apreensão mais aprofundada das nossas instituições populares.

Como é do vosso é conhecimento, o Estado da Guiné-Bissau surgiu de um



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

processo histórico, mediatizado pela luta armada de libertação, conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Esta organização política pode definir-se, de fato, como o motor de aceleração da nação guineense e o fator da emergência do nosso Estado Independente.

Vejam os mais concretamente. Quando no fragor das armas se alargavam e se consolidavam as áreas libertadas da dominação colonial portuguesa, logo se instalaram as primeiras instituições de caráter político, social, judicial e cultural que foram garantindo às populações o livre exercício de suas prerrogativas de homens livres. Assim se organizaram os comitês de base eleitos nas tabancas, (isto é, aldeias), os serviços de saúde, os primeiros tribunais populares, as primeiras escolas e um sistema de abastecimento. O exercício de direitos fundamentais, inalienáveis, prolongou-se, pois, através de uma luta conseqüente pela melhoria das condições de vida das populações, nomeadamente prevenindo a doença, a fome e reduzindo as fronteiras da ignorância. Podemos dizer, sem sombra de dúvida, que o nosso Partido desde cedo tornou efetiva a prática da liberdade, ao abrir a uma maioria largos horizontes para intervenção em todos os domínios inerentes à sua existência.

Criar as estruturas do controle popular e assegurar uma nova vida de relações políticas, econômicas, sociais e culturais mais justas, afigurou-se-nos não só como condição da materialização da ideologia do Partido mas também como uma exigência da defesa e consolidação das regiões libertadas. O processo de destruição da máquina do Estado colonial nas áreas rurais, com o gradual desaparecimento da potência dita administrante, acompanhou-se da progressiva instauração de uma nova ordem social. Esta “destruição criadora” traduziu-se pela implantação de escolas, de hospitais, postos comerciais (armazéns do povo), pelo exercício do poder político através dos comitês eleitos pelas massas, da função judicial desempenhada por tribunais igualmente eleitos, da segurança das populações garantidas pelas suas milícias.

Estava, assim, face a uma situação em que o PAIGC assumia cumulativamente tarefas político-militares e administrativas, erigindo-se num verdadeiro Partido-Estado.

Já em 1968, Amílcar Cabral caracterizava esta situação na Guiné como a de um Estado de que uma parte do território nacional (em particular os centros urbanos) se encontrava ocupada por forças militares estrangeiras. Mas, levando ainda mais longe a reflexão sobre esta realidade singular, Cabral compreendeu a necessidade de tirar dela todas as suas conseqüências no plano jurídico interno e internacional. Pela eleição de



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

uma Assembléia Nacional Popular estaria completado o edifício do Estado democrático que, proclamado independente, livre e soberano, seria rapidamente reconhecido no plano internacional. A potência colonial ter-se-ia, assim, reduzida a uma força de agressão, violadora dos direitos inalienáveis dos povos de decidirem livremente dos seus destinos, direitos consagrados na Carta da ONU e confirmados pela história Resolução 1514 (XV) da Assembléia Geral dessa organização.

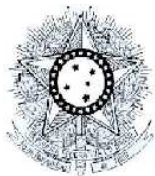
O plano teórico delineado por Amílcar Cabral teve sua cabal aplicação prática em 1972, com eleições dos Conselhos Regionais e da Assembléia Nacional Popular e, seguidamente, em 1973, com a proclamação do Estado da Guiné-Bissau no leste libertado.

Vinte e quatro anos nos separam da fundação o nosso Partido, o PAIG - uma longa caminhada na estrada da esperança revolucionária dos combatentes da liberdade da nossa Pátria. Hoje, enfrentamos novos desafios. Estamos, porém, animados pelo mesmo espírito que guiou os nossos passos ao longo do combate libertador.

O sistema político vigente na Guiné-Bissau é o resultado da evolução histórica original que culminou com a proclamação da independência, em setembro de 1973, à revelia da potência colonizadora. Ele enriqueceu-se, decerto, com a prática de sete anos de existência do país com Estado soberano, o primeiro dos quais foi vivido ainda sob a violência dos combatentes da última fase da luta de libertação nacional.

Ao recolher na primeira Constituição da República, adotada no próprio ato da proclamação da independência, a experiência da vida livre e democrática da regiões libertadas, a Assembléia Nacional Popular procedeu a uma síntese feliz dessa contribuição do recente e glorioso passado, com novas conquistas no plano da afirmação democrática. Foi assim, que definiu os objetivos e princípios fundamentais do novo Estado e da convivência social, garantiu direitos e liberdades, fixou os deveres dos cidadãos e estabeleceu mecanismos do aparelho estatal, baseados num esquema prático, funcional e adaptado às realidades do país. Garantindo a gestão popular do interesse da nação, a lei fundamental fazia repousar o edifício constitucional em Conselhos Regionais eleitos por sufrágio direto, universal e secreto. Através dos seus representantes naqueles órgãos, as massas populares intervinham não somente na administração dos seus interesses locais, mas também, pela designação dos Deputados à ANP, na discussão e decisão de todos os problemas de dimensão nacional.

Este respeito pelo direito das massas populares de participarem livremente no



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

exercício da soberania nacional, prolonga-se no plano internacional, por uma política externa fundada, antes de mais, no direito dos povos de escolherem os seus próprios destinos. A República da Guiné-Bissau, em coerência com a sua história, defende intransigentemente o sagrado princípio da autodeterminação e independência dos povos.

Definida com clareza no Programa Maior do PAIGC, a política externa da República da Guiné-Bissau desenvolve-se ao nível da nossa sub-região africana dos países irmãos emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa e ao nível do continente. Buscando estabelecer relações com todos os Estados, aplicamo-nos também em reforçar os laços antigos de amizade e solidariedade que se criaram com aqueles que nos proporcionaram um apoio incondicional e decisivo ao longo da luta pela libertação do nosso povo.

A política internacional da República da Guiné-Bissau rege-se por um não alinhamento conseqüente de essência antiimperialista, condição fundamental para a afirmação e a preservação da nossa independência.

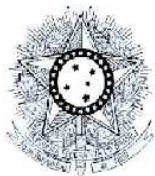
Repudiando toda e qualquer pressão exterior tendente a impor-nos comportamentos definidos por outrem, a independência de pensamento e de ação constitui a aquisição mais valiosa da nossa heróica luta de libertação.

Coerente com esta linha, a República da Guiné-Bissau não adere a blocos militares, não aceita no seu território a instalação e bases estrangeiras e age no sentido de relações de colaboração com todos os povos, colaboração baseada no princípio da coexistência pacífica, não-ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de vantagens.

Graças ao estrito respeito a esses princípios, mantemos um alargado leque de relações, que nos permite o concurso valioso que nos é concedido pelos governos de vários países.

Senhor Presidente, Srs. Deputados e Senadores, vivemos uma situação económica internacional caracterizada pela profunda desigualdade entre os países industrializados e os países subdesenvolvidos, geradora de graves ameaças para o futuro de milhões de seres humanos. Essa situação é agravada pelos focos de tensão que multiplicam nas diversas regiões do globo e pela desenfreada corrida aos armamentos. Sombrios presságios pairam, pois, sobre o mundo, apelando para a mobilização de todos em defesa da estabilidade, da segurança e paz entre as nações.

Tal é a razão da participação do meu país nos esforços da frente comum do



Câmara dos Deputados

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação

Escrevendo a História - Série Estrangeira

chamado Terceiro Mundo, com vistas à instauração de uma nova ordem econômica internacional mais justa. O fato de Estados como o nosso continuarem a ver-se privados do acesso aos progressos da ciência, e da técnica e da tecnologia, ao mesmo tempo que se prossegue, graças aos mecanismos econômicos atuais, a espoliação dos seus recursos naturais, esvazia do seu verdadeiro conteúdo a independência real e efetiva por lutaram os povos.

No que respeita à República da Guiné-Bissau, a defesa intransigente de seu direito de viver numa sociedade livre da exploração do homem pelo homem é, na linha do pensamento de Amílcar Cabral, indissociável da participação na luta que se trava, em escala planetária, pela emergência de um mundo onde reine a paz, a justiça e o progresso, para todos os povos.

Reencontrando-se brasileiros e guineenses, lado a lado nesse terreno de combate por uma humanidade mais feliz, novas razões surgem par ao estreitamento dos nossos laços que a História forjou e que temos o dever de preservar e fortalecer ao serviço das gerações vindouras.

Permitam-me, Srs. Deputados e Senadores, que reitere o meu agradecimento pelo convite com que me honraram e pela diferente atenção prestada às minhas palavras. Terminando formulando votos para que, de algum modo, os instantes, que aqui vivemos tenham contribuído para uma maior compreensão de uma mais estreita amizade e solidariedade entre os nossos dois povos irmãos. (Palmas prolongadas).